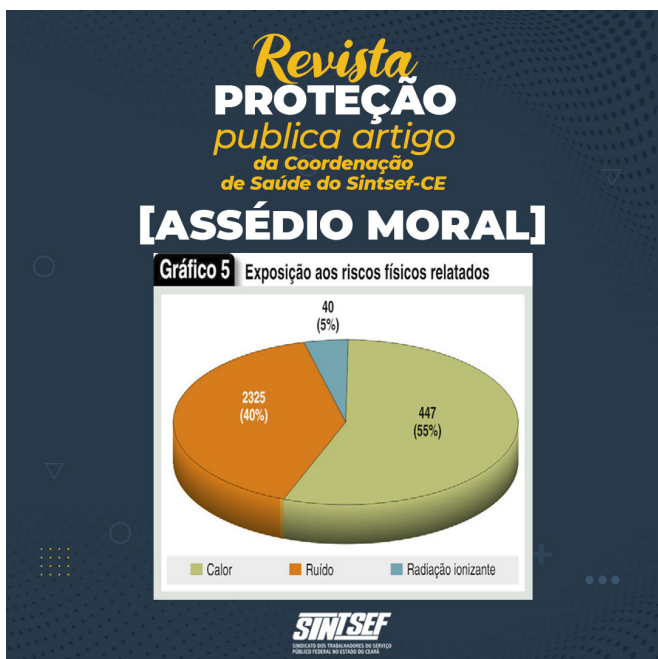




Dados da pesquisa da Coordenadoria de Saúde do Sintsef-CE sobre ASSÉDIO MORAL



O artigo AVALIAÇÃO PRELIMINAR, publicado na REVISTA PROTEÇÃO e fruto da pesquisa intitulada "Avaliação preliminar das condições de trabalho dos(as) servidores(as) ativos(as) e filiados(as) ao Sintsef", realizada pela Coordenação de Saúde do Trabalhador e Coletivo do Sintsef-CE, ressaltou importantes números quanto à exposição do trabalhador a riscos físicos.

Conforme mostra o Gráfico 5 (Exposição aos riscos físicos relatados) 55% responderam sofrer com o problema do calor, 40% sofrem com o ruído e em menor frequência, 5% responderam sofrer com a exposição à radiação ionizante.

É importante salientar que com relação à exposição ao calor excessivo, o nosso organismo se utiliza de mecanismo buscando manter a temperatura do nosso corpo; já o ruído encontramos praticamente em todos os ambientes em que estamos expostos.

De acordo com Helena Hemiko Iwamoto e autores, na obra Saúde Ocupacional: controle médico e riscos ambientais "todos os riscos físicos podem acarretar perda ou redução da capacidade auditiva, nervosismo, estresse, cefaleia, câncer, dentre outros agravos". Assim, ruídos, vibrações, pressões anormais, temperaturas extremas, radiações

ionizantes, radiações não ionizantes são formas de energia classificadas como agentes físicos que muitas vezes estão presentes nos ambientes de trabalho.

Salienta-se que é obrigação do empregador proteger a saúde e a segurança dos trabalhadores eliminando ou diminuindo a sua exposição aos riscos físicos, devendo fornecer EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e conscientizar os trabalhadores sobre a importância da sua correta utilização.

*Essa é uma série de 13 publicações sobre o artigo
 AVALIAÇÃO PRELIMINAR*

Sintsef-CE participa de assembleia com Ministério da Saúde para cobrar agilidade em demandas de servidores

O Sintsef-CE realizou uma assembleia com a superintendência do Ministério da Saúde na última quarta-feira (7), para tratar de demandas que encontram-se há algum tempo na base do ministério e que, até a presente data, encontram-se sem resoluções.

Foram discutidas pautas como abono de permanência; insalubridade dos trabalhadores; contagem de tempo de licença-prêmio de servidores que solicitaram há bastante tempo; pagamento per capita referente ao plano de saúde dos servidores, pois alguns trabalhadores deixaram de receber desde 2020; recuperação de senha para que os servidores tenham acesso ao Sistema de Gestão de Pessoas do Governo Federal (SIGEP); atendimento de requerimento da documentação para entrada em aposentadoria; fornecimento de mapa de tempo de serviço, que hoje acontece com lentidão; questão da junta médica do Ministério da Saúde hoje se encontrar no Ministério da Economia (é importante que a junta médica volte ao Ministério da Saúde); dentre várias outras pautas.

O Sintsef-CE organizou as demandas em um ofício que foi encaminhado ao Ministério da Saúde. Outra reunião ficou agendada para o dia 23 de abril, às 14h, para que possam avaliar as medidas adotadas com intuito de dar vazão às inúmeras demandas acumuladas.